



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO
FEDERAL

Conselho de Cultura do Distrito Federal

ATA

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

No dia 13 de julho de 2021 foi realizada, via remota, pela plataforma Zoom Reuniões, das 19h00 às 22h00, a 9ª Reunião Extraordinária do Pleno do Conselho de Cultura do Distrito Federal, com a presença dos seguintes conselheiros e conselheiras:

- Elizabeth Fernandes – Presidente do Conselho
- Iariadney Alves da Silva – Vice-presidente do Conselho
- Aline Maria da Silva Camilo – Conselheira Titular
- Fernanda Barbosa Adão - Conselheira Titular
- João Roberto Moro – Conselheiro Titular
- Pedro Paulo de Oliveira - Conselheiro Titular
- Rita de Cássia Fernandes de Andrade - Conselheira Titular
- Wellington José Lourenço de Abreu – Conselheiro Titular

A assessoria foi realizada por mim, Kenia Severo Pereira, Secretária Executiva do Conselho de Cultura do Distrito Federal.

Ao verificar o quórum mínimo necessário à abertura dos trabalhos, a Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal, Sra. Elizabeth Fernandes, às 19h20, deu início à reunião extraordinária com a seguinte pauta:

INFORMES:

19h15 - Informes Gerais da Presidência

- Informes dos Conselheiros

- Informes da Comunidade (até 03 inscrições – 2 minutos cada)

PAUTA:

19h45 - Lei Aldir Blanc

20h15 - Debate sobre tratativas da sociedade civil com a Secretaria de Economia do DF para a liberação e a execução dos recursos destinados à Cultura.

20h30 - Debate sobre instrução para Conselhos Regionais de Cultura sobre os Regimentos interno (minuta).

21h00 - Discussão do Regimento e operacionalização dos Comitês Macrorregionais: diretrizes, primeiros passos e resultados emergenciais esperados

21h30 - Instituição de GT para trabalhar definição de linhas de abordagem e diretrizes para elaboração

da Cartilha de Pareceristas do FAC

21h45 - Proposta e votação de ideias de ações preventivas e de direcionamento de aplicação de políticas públicas alcançadas por meio das ferramentas do Sistema de Financiamento à Cultura em regiões de alta vulnerabilidade social (Prioritariamente iniciar com: Ceilândia e Sol Nascente)

22h - ENCERRAMENTO

ORDEM DO DIA:

A Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal, Sra. Elizabeth Fernandes, iniciou as atividades informando que foi realizada a contratação da empresa que prestará o serviço de tradução de libras, que já foi publicada a nota de empenho no DODF e que na próxima reunião ordinária do CCDF, no dia 20 de julho, o Conselho contará com a participação do intérprete de Libras.

Informou que tem algumas respostas da Secretaria de Cultura sobre a Lei Aldir Blanc, mas que dará a informação na pauta da LAB.

Contou o CCDF tem uma demanda antiga com os Conselhos Regionais de Cultura que é a confecção dos crachás e na semana passa a Secretaria Executiva do Conselho encaminhou e-mail aos Conselhos Regionais de Cultura e-mail solicitando confirmação dos dados e retorno das listas com as fotos dos Conselheiros.

Sobre o processo eleitoral para os CRCs, fez um resumo das ações do CCDF até o momento informando que foi enviado ofício a todas as Administrações Regionais solicitando mais empenho das Administrações na divulgação e mobilização da comunidade para composição dos Conselhos Regionais, enviamos junto com o ofício o Card da eleição para divulgação nas redes sociais.

Informou que participou como Presidente do Conselho, junto com o Conselheiro João Moro, a Conselheira Fernanda, que é ponto focal da macrorregião, teve um imprevisto e não pode participar, de uma reunião na Administração da Feira dos Importados do SIA, que é um ponto de encontros da região, para solicitar apoio na divulgação da eleição do CRC da cidade. Com a reunião, conseguiram o apoio na divulgação do processo eleitoral e está sendo veiculado na rádio da Feira, de dez a quinze vezes por dia, desde o dia 07 até o dia 16 de julho, um spot chamando a comunidade e estão divulgando o Card da eleição em suas redes sociais para mobilizar a comunidade. Comentou que todos sabem da dificuldade de mobilização naquela região, que embora exista muita gente fazendo cultura, essas pessoas não têm a sensação de pertencimento por não residirem na cidade, mas o CCDF está fazendo sua parte, que é jogar as sementes e documentar esses esforços para que um dia esses sementes germinem.

Comentou, com relação a eleição para CRC do Lago Sul, que o Centro Comercial Gilberto Salomão também está veiculando um áudio em sua rádio chamando a comunidade cultural a participarem dessa ação para formar o Conselho. Contou que o Conselheiro João foi quem gravou os áudios que estão sendo veiculados no Gilberto Salomão e na Feira dos Importados.

Com relação a Macrorregião 5, contou que está conversando bastante com o pessoal das redes culturais, das Administrações e das Gerências de Cultura. Comentou que no Núcleo Bandeirante estão fazendo uma grande mobilização, mas que estão esbarrando na velha dificuldade em que muitos dizem que não podem participar porque não tem Jeton, o que seria um estímulo a mais na situação atual. No Park Way, estão bastante avançados nas inscrições e estão seguros de que alcançarão, na verdade vão exceder, o número de candidatos necessários para a formação do Conselho Regional de Cultura.

Informou que o Conselho recebeu no final da tarde a resposta da Secretaria de Difusão e Diversidade Cultural da proposta da Conselheira Iara para celebração do dia da mulher negra, latino e caribenha para a realização de uma live comemorativa. A SDDC respondeu que já está com um edital em

andamento e que, por isso, não teria condições de fazer outro edital e que no dia da mulher negra, latina e caribenha, que será no dia 25 de julho, fará uma live e, inclusive, convida a Vice-presidente do Conselho a participar dessa live como representante do Conselho de Cultura.

Encerrados os informes gerais, a Presidente passou a palavra para os informes dos demais Conselheiros.

A Conselheira Rita informou que hoje foi inaugurada a Rota do Rock, hoje é o dia mundial do rock e em comemoração a esse dia foi inaugurado um projeto, que está vinculado à Secretaria de Turismo do DF, que é a Rota do Rock onde serão colocados totens em pontos que foram importantes para a história do rock no Distrito Federal. Apontou que foi convidada enquanto roqueira que é, pois sua história artística está muito vinculada a estética do movimento roqueiro, o qual considera muito mais que um estilo musical, mas muito mais como uma estética, um estilo de vida. Comentou que para sua surpresa não havia ninguém da Secretaria de Cultura na cerimônia. Estavam lá a Secretária do Turismo, o Secretário de Economia, a Secretária da Mulher; várias Secretarias estavam lá representadas, mas que não tinha ninguém da Secretaria de Cultura e, conversando com várias pessoas, teve que ouvir de um dos integrantes da Secretaria do Turismo que as Secretarias de Economia e do Turismo estão fazendo pela Cultura o que a SECEC não está conseguindo fazer. Contou que achou tal fala bastante constrangedora, embora não estivesse lá como Conselheira, representando ninguém, que participou enquanto produtora de *Rock and Roll*, mas que a situação lhe causou bastante estranheza. Falou que espera que esse projeto vá além de colocar totens pelo Distrito Federal e que exista um planejamento para incentivar esse movimento tão importante como seguimento cultural que marca e é um dos grandes registros da identidade do Distrito Federal.

Informou que gostaria de aproveitar o momento de informe para falar da Funarte. Comentou que todos temos acompanhado o desmonte da Fundação Nacional das Artes, Brasil a fora, e a comunidade cultural está muito preocupada com a situação do Complexo Funarte aqui no Distrito Federal. Falou que sabem que a Secretaria de Cultura está reincorporando aquele complexo de prédios, mas que tudo está muito nebuloso para a comunidade cultural, que precisa saber de fato o que está acontecendo.

Comentou que a cada momento surge um boato diferente sobre a devolução do espaço. Boatos que vão desde a devolução de espaço sem qualquer equipamento até a questão funcional dos servidores e colaboradores.

Apontou que não se trata na verdade de um informe, mas de um conjunto de questionamentos que precisam ser respondidos, pois está faltando clareza para a comunidade cultural. Propôs que a Funarte entre para ponto de pauta, pois todos sabem que aquele complexo é importantíssimo para a cultura do DF, além de ser o ponto da Funarte Centro-Oeste e é uma referência para o Teatro, para o Circo, para a Música e para diversas manifestações culturais. Por isso tudo, acredita que seja importantíssimo debater o tema e tentar entender em como está a negociação, como a Secretaria de Cultura está tratando essa questão e como a comunidade cultural pode participar/colaborar desse processo.

A Presidente Elizabeth apontou que já previa essa solicitação, pois tem recebido boatos, de diversas fontes, sobre a Funarte e, por isso, perguntou hoje ao Secretário Executivo, Carlos Alberto, como está essa questão da Funarte, se tem alguma novidade? Ele respondeu que não tem novidade, que o que já foi amplamente divulgado é que no dia 27 de julho a Secretaria receberá as chaves do Complexo. Durante esse período, os técnicos da Secretaria e da Funarte estão levantando todo o patrimônio, pois tudo o que existe no complexo é bem patrimoniado, ou do GDF ou do Governo Federal, se algum patrimônio do GDF foi danificado. Então, esse levantamento está sendo feito e se a Funarte quiser levar seus bens, seus patrimônios, ninguém pode impedir.

Informou que a partir do momento que a SECEC receber as chaves, imediatamente as reformas emergenciais do Complexo iniciarão e, inclusive, os recursos já estão empenhados para que essas reformas iniciem ainda esse mês, sendo essa a notícia oficial.

A Conselheira Rita reforçou que sua proposta é para que o tema entre como ponto de pauta para que

possam ouvir a comunidade, pois existe muita gente que está se movimentando em torno da Funarte. Apontou novamente que aquele espaço não é só Funarte Distrito Federal, ela é Centro-Oeste, e é muito ruim que se trate como patrimônio do governo, pois, na verdade, se trata de patrimônio da comunidade e, por isso, reforça seu pedido para entre como ponto de pauta para que possam debater um pouco mais e destrinchar essas informações que foram trazidas pela Presidente.

A Presidente apontou que na verdade, trata-se de patrimônio público e fez uma proposta adicional, pois pauta de hoje está muito extensa com temas que foram adiados da 12ª Reunião Ordinária e, por isso, sugere que o tema entre como ponto de pauta da próxima reunião ordinária. Opinou que escutem os demais Conselheiros e, se for o caso, façam uma votação. Sugeriu que os demais Conselheiros façam seus informes e já se manifestem sobre as duas propostas para que, se for o caso, possam votar em seguida.

O Conselheiro Wellington comentou que seus informes são sobre acontecimentos que ocorreram durante a semana e que lhe chamaram a atenção. Comentou sobre a análise de um projeto para um festival de jazz, onde um dos pareceristas indeferiu o projeto argumentando que não haveria verba para aquele projeto, que a verba só seria designada por finalidade maior de toda a música e que a música que estava sendo proposta naquele projeto de dez não atendia ao "objetivo e a finalidade maior de toda música que não deveria ser nenhum outro além da glória de Deus e a renovação da alma", citando Johann Sebastian Bach, que foi um compositor do século XVIII, que compunha muito para a igreja, e o parecerista utilizou a frase do compositor para indeferir o projeto. Comentou que na Secretaria de Cultura do DF isso jamais seria admitido, mas que na Secretaria Nacional de Cultura passou, na Fundação Nacional das Artes, não apenas foi aceito como disseram mais, foi dito no parecer que "a música pode ser vista como uma Arte Divina onde as vozes em união se direcionam à Deus". Comentou que esse é um ato inconstitucional, uma tentativa de ideologização dos projetos que são propostos ao Governo Federal, à Funarte Nacional. Propôs ao Conselho que o CCDF se manifeste através de uma nota de repúdio contra essa atitude desse parecerista. Contou que a OAB Nacional já se manifestou e que existem caminhos ilegais que o CCDF pode combater. Apontou que esse parecer é um absurdo inimaginável e que acredita que o CCDF não pode deixar passar e, por isso, acredita que seja importante uma manifestação do Conselho.

A Conselheira Rita comentou o informe do Conselheiro Wellington apontando que é um absurdo que a Secretaria Especial de Cultura se utilize de frases do grande compositor Johann Sebastian Bach em um contexto histórico e um momento cultural completamente diferente e, mais ainda, utilizar essa fala para criminalizar mais uma vez a arte e a cultura que é produzida. Concordou com o Conselheiro Wellington sobre a importância do CCDF se manifestar emitindo essa nota de repúdio, se manifestando pela pluralidade e pela diversidade, principalmente, por estarmos no Distrito Federal que é um grande caldeirão cultural do Brasil e conta com todas as representações culturais reunidas.

A Presidente do Conselho comentou que as Conselheiras Fernanda e Lara também se manifestaram favoráveis a nota de repúdio no chat e perguntou aos demais conselheiros se alguém discorda da proposta.

A Conselheira Aline apontou que acredita que é necessário que tenham acesso aos autos do processo que contém esse parecer para que possam analisar antes de se manifestarem, ao que a Presidente informou que o parecer foi divulgado em diversos meios (jornais, internet, redes sociais etc.), que já leu o parecer e quase não acreditou no que viu. Propôs que o Conselheiro Wellington, autor da proposta, prepare uma minuta da nota de repúdio e apresente ao Conselho até o dia 15 de julho para que todos os Conselheiros opinem e possam publicar tão logo esteja aprovada.

O Conselheiro Wellington agradeceu a Presidente e a todos os Conselheiros. Salientou a importância dessa manifestação do Conselho e aproveitou para saudar o Conselheiro João Moro, que é o mais novo membro do CCDF. Comentou que o conhecimento jurídico do Conselheiro e o aporte de sua Subsecretaria fortalecerão ainda mais o Conselho de Cultura do Distrito Federal.

A Presidente agradeceu ao Conselheiro e falou que o Conselho aguardará a minuta no dia 15 para que possam aprovar o texto e proceder a publicação.

Sobre o processo eleitoral, a Presidente Elizabeth perguntou se nenhum dos Conselheiros teria algum informe. Comentou que cada Conselheiro vem trabalhando na região onde é ponto focal e falou da importância de documentarem todas as ações, pois não podem esquecer, e o Conselheiro Wellington sabe bem disso, que existe uma demanda do Ministério Público pela promoção dessas eleições e que sua intenção, enquanto presidente, é, ao final do processo, elaborar um relatório com tudo que foi feito e encaminhar ao Ministério Público para dar ciência do trabalho que foi feito.

Informou que a proposta da Conselheira Rita seria votada após os informes da comunidade e salientado esse seria um espaço para informes, abriu para a comunidade.

A Conselheira Neide Nobre, do CRC Sobradinho, iniciou seu informe comentando o informe da Conselheira Rita e da preocupação da comunidade com relação à Funarte e falou que de fato várias notícias estão rolando nos grupos. Falou que a comunidade está atenta e querendo saber se essa transição não poderá significar uma possibilidade do espaço ser fechado.

A Presidente pediu a Conselheira que fizesse seu informe, reforçando que aquele era um espaço para informe. A Conselheira Neide apontou que se sentiu altamente constrangida e que não quer mais dar o informe.

O Conselheiro Wellington solicitou uma Questão de Ordem colocando que o Regimento Interno do CCDF sugere e, de certa, forma amplia a voz da comunidade cultural. Apontou que sempre que a palavra é aberta à comunidade que é importante permitir que a comunidade se manifeste no tempo estabelecido pela Presidência e que, nessa situação em específico, o tempo não foi especificado e, por isso, é importante permitir que a Conselheira Neide Nobre conclua seu informe.

Sugeriu que se estabeleça um tempo de três minutos, por exemplo, e que nesse tempo ninguém interrompa a fala da comunidade ou do CCDF.

A Presidente observou que, como previsto no regimento e publicado na pauta, esse é um momento para informes e que os comentários podem/devem ser feitos ao longo da reunião. Pediu, encarecidamente, para o bom andamento dos trabalhos, que o espaço de informes seja utilizado para o fim que se apresenta: informes.

Apontou que se a Conselheira Neide Nobre se sentiu constrangida, ela se desculpava, mas que sua manifestação não se tratava de informe, como salientou ao passar a palavra a comunidade. Pediu a ajuda de todos para que o tempo fosse otimizando, lembrando a todos da pauta extensa da noite e que a presente reunião foi convocada para concluir os temas que não puderam ser abordados na 12ª Reunião Ordinária do CCDF.

O Conselheiro Wellington solicitou nova Questão de Ordem e apontou que seis minutos do tempo da reunião foram utilizados para tentar entender a fala da Conselheira Neide. Solicitou que se estabeleça o tempo e que seja permitida sua fala.

A Presidente estabeleceu o tempo de informes da comunidade cultural e passou a fala à Conselheira Neide.

A Conselheira Neide informou que está se sentindo reprimida. Outro informe da Conselheira é que estão com um espaço de diálogo muito importante em Sobradinho, com avanços junto à Administração Regional, a Gerência de Cultura e o Conselho Regional de Cultura, tendo conquistas no sentido de garantir reformas de espaços para uso da comunidade. Contou que a Quadra Três, que é um espaço para múltiplas atividades, está sendo reformada e, em breve, será entregue a comunidade; bem como outros espaços que estão sendo desenvolvidos pelo CRC para uso da comunidade.

O Conselheiro Pedro Paulo pediu a palavra e observou, com relação ao informe da Conselheira Neide, que hoje esteve com o Administrador Regional de Sobradinho e comentou da animação do

Administrador e que a Administração está abrindo um leque enorme. Parabenizou o trabalho do Conselho Regional e salientou que quando o gestor está animado, é preciso aproveitar o momento da melhor forma.

O Sr. Márcio Apolinário, representante da Frente Unificada da Cultura do DF, se manifestou dizendo que na verdade seu informe é na verdade uma solicitação. Comentou que há cerca de dois meses a Frente Unificada participou de uma plenária e deliberou por procurarem parlamentares para construir juntos uma minuta com a proposição de uma Lei Emergencial da Cultura. Contou que nessa caminhada, encontraram o Deputado Leandro Grass que já tinha um Projeto da Lei do ano passado, aí fizeram uma reunião com a Câmara Legislativa, que foi uma reunião muito positiva, que contou com a presença do Deputado Rafael Prudente, e lá foram informados de um vício de iniciativa da Lei. A partir daí, procuraram a Casa Civil, na pessoa do Dr. Maurício, que sugeriu que a Frente procurasse a Subsecretária Sol Montes e que fizeram esse encaminhamento, procurando a Subsecretária Sol apresentando a ela a questão da proposição da Lei e ela ficou de se comunicar com o Secretário de Cultura, mas até o momento não tiveram retorno e como essa é uma demanda muito importante, gostaria de saber qual o encaminhamento que foi dado à questão, pois, segundo escutou da Casa Civil, essa proposição precisa sair da Secretaria de Cultura, para que a comunidade cultural possa ser contemplada com esse auxílio emergencial.

Contou que a Casa Civil já se colocou a favor da proposição e que estão dependendo apenas da Secretaria de Cultura para dar encaminhamento a proposta de Lei emergencial para o setor cultural. Pediu, encarecidamente, ajuda para que possam tocar essa questão, pois ainda estamos em pandemia.

A Presidente solicitou ao Sr. Márcio que ele encaminhe a demanda ao e-mail do Conselho para que o CCDF possa encaminhar à Secretaria como pedido de informação. O Sr. Márcio informou que enviará o e-mail.

Encerrados os informes, a Presidente apresentou ao Conselho a proposta da Conselheira Rita para que a Funarte entre como ponto de pauta dessa reunião e apresentou sua proposta para que o tema entre como ponto de pauta, mas da próxima reunião ordinária tendo em vista a extensão da pauta de hoje. Solicitou a manifestação dos demais Conselheiros.

A Conselheira Rita pediu para fazer uma complementação. Apontou que hoje é dia 13 de julho e que a próxima reunião ordinária seria dali há três semanas e que considera muito longe para que possam tratar desse tema tão importante, que é emergencial.

A Presidente Elizabeth informou a Conselheira que a próxima reunião do Conselho seria em oito dias, no dia 20 de julho corrente.

A Conselheira agradeceu e perguntou sobre a fala da Presidente nos informes, confirmou se no dia 29 de julho sairia uma nota, se foi isso que foi dito pela Presidente.

A Presidente informou que não, que informou que no dia 27 de julho as chaves do Complexo Funarte serão entregues a Secretaria de Cultura e que algumas reformas emergenciais iniciarão imediatamente.

A Conselheira Rita votou a insistir que a comunidade cultural está acompanhando essa questão e que está cheia de dúvidas e, por isso, reforçou sua proposta para que a Funarte entre para a pauta de hoje.

A Presidente colocou as duas propostas ao Conselho: 1. que o tema Funarte entre hoje para pauta ou 2. que entre para a pauta da próxima reunião ordinária. Pediu a manifestação dos demais conselheiros.

A Conselheira Aline apontou que o assunto da Funarte é muito importante para ser incluído de última hora na pauta de reunião e, em função disso, vota para que entre na pauta da reunião da semana que vem.

Os Conselheiros Pedro Paulo e João Moro se manifestaram para que entre na pauta da semana que vem. O Conselheiro João apontou que esse será o tempo para obterem mais informações e terem um debate mais embasado.

As Conselheiras Fernanda e Lara e o Conselheiro Wellington votaram pela proposta da Conselheira Rita, ao que a Presidente deu o voto de qualidade e ficou determinado que a Funarte entrará para a pauta da 13ª Reunião Ordinária do CCDF. Informou que buscará informações mais detalhadas sobre as propostas de melhoria do espaço para que possam enriquecer o debate.

A Conselheira Rita fez uma proposta adicional para que o Secretário de Cultura seja convidado a participar da próxima reunião ordinária, tendo em vista que é ela quem está a frente do processo, para que possa trazer informações sobre a Funarte e acalmar as dúvidas e os anseios da comunidade cultural, além do fato de ter bastante tempo que o Secretário não participa de uma reunião do Conselho.

A Presidente informou que o Subsecretário de Administração Geral, Tiago Gonçalves, é quem está a frente do processo, na realidade, e, salvo engano, ele está em férias, mas que de qualquer forma o CCDF pode encaminhar um convite ao Gabinete, além de solicitar todas as informações necessárias.

Não havendo mais manifestações, passou ao primeiro ponto de pauta.

PONTOS DE PAUTA:

- Lei Aldir Blanc. A Presidente Elizabeth iniciou a pauta falando que na última reunião do Conselho a Conselheira Regional Neide Nobre fez alguns questionamentos que foram encaminhadas à SECEC, que respondeu, e que faria a leitura das respostas dadas:

1. Já foram executados os procedimentos necessários para realização dos trâmites relativos à programação dos recursos (adequação da LOA), para apresentar proposta junto à Câmara Legislativa? Em caso de negativa, por quê?

Comentou que não foi necessária readequação, pois o recurso total foi liberado no ano passado, quando a LOA foi aprovada, e que o recurso estava reservado como foi determinado pelo Ministério e, por isso, não precisa passar novamente pela CLDF. Comentou que o que precisava era solicitar a Secretaria de Economia a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.851.738,00 o que já foi feito pela SECEC e já está disponível.

2. Qual o planejamento para execução dos recursos remanescentes da LAB?

Comentou que não há possibilidade de fazer qualquer planejamento, pois a Secretaria Especial de Cultura solicitou que aguardassem e não mandou ainda qualquer tipo de definição. Assim, não se sabe se a orientação será no sentido editar os anteriores, se para suplementar, se poderão publicar um novo um novo edital, se pode ou não fazer edital, se será por meio de prêmio, enfim, não se sabe em que sentido virão as orientações.

3. Qual o balanço quantitativo das prestações de contas dos beneficiários pelo Inciso II?

Apontou que até o presente momento a comissão recebeu duzentos e vinte e quatro prestações de contas dos beneficiários pelo Inciso II. No entanto, cabe destacar que nove beneficiários tiveram prazo dilatado em função do recebimento do auxílio a partir de abril de 2021 e quatro beneficiários permanecem com inadimplemento no SIGGO, portanto ainda sem poder receber o auxílio.

4. Qual o balanço quantitativo, até o presente, da execução de contrapartidas pelos beneficiários do Inciso II?

Até o presente momento a comissão recebeu cento e setenta e sete solicitações de alteração de contrapartida e cento e cinquenta e três não solicitaram alteração. Dentre os que já realizaram, muitos ainda não nos enviaram os documentos comprobatórios, tanto por questões de edição e finalização

documental, quanto devido ao prazo final de execução de contrapartida ser até o dia 31 de dezembro deste ano.

Informou que foram essas as respostas dadas pela SECEC e abriu para que os demais pudesse falar sobre a Lei Aldir Blanc.

A Conselheira Neide Nobre comentou que a informação de que não podem trabalhar no planejamento para utilização do saldo remanescente da LAB, desde que já foi feita solicitação do crédito suplementar e a suplementação já foi feita, causa bastante estranheza, pois no resto do Brasil, inclusive com Nota Técnica da CNM, alguns estados já estão começando essa utilização. Então, repetiu, solicitou que a Secretaria de Cultura averigüe essa informação, visto que, segundo ela, não haverá alteração na Lei e, com isso, o recurso será utilizado através dos incisos II e III. Então, salientou, é necessário que já se inicie o diálogo em cima disso. Informou que, com o recurso não é vasto, a comunidade já tem sugestões para sua utilização; que seria no Inciso III, premiações. Voltou a dizer que a informação dada pela SECEC lhe causa estranheza, de que não se pode fazer o planejamento e já buscar uma utilização para o recurso, visto que o recurso deve ser utilizado até o final do ano, podendo incorrer no risco de terem os mesmos problemas que tiveram no início da execução da LAB no DF, prazos. Reiterou, novamente, que gostaria que a informações fosse verificada e solicitou que deem conhecimento do documento oficial no qual essas informações foram dadas pela Secretaria Especial de Cultura. Comentou que a participa de grupos nacionais e que, assim, poderão confrontar essa informação para tentar entender o porquê de nos outros estados estarem utilizando de outra forma. Informou que, tendo em vista que a Lei Aldir Blanc permanecerá na pauta, também buscará se aprofundar nas informações e trazer informes em cima disso.

A Presidente agradeceu e comentou que a informação passada é uma informação oficial, mas que pode solicitar a Secretaria que envie ao CCDF cópia do e-mail da Secretaria Especial de Cultura dizendo para que a Secretaria de Cultura aguarde as orientações para utilização do recurso remanescente da LAB e que desconhece que algum estado esteja contrariando as orientações da Secretaria Especial de Cultura e já estarem disponibilizando os recursos e que, sendo dessa forma, poderão ter problemas mais na frente. Salientou que a SECEC insistentemente busca saber das orientações para utilização do recurso e a orientação é aguardar. Apontou que todas as providências que a Secretaria de Cultura poderia tomar foram tomadas.

O Sr. Rapahel Veiga pediu para a Presidente repetir qual o valor exato do saldo remanescente, ao que a Presidente informou que o valor é R\$ 3.851.738,00 e que colocaria a informação no chat.

A Conselheira Rita comentou que acha que as coisas positivas devem ser replicadas e mantidas porque, inclusive, distensionam a relação que existe entre a comunidade cultural e os gestores. Apontou da importância de distensionar nesse momento de crise tão profunda, crise humanitária, econômica, sanitária. Comentou que ainda temos muitas dificuldades a serem superadas. Falou que na inauguração da rota do rock puderam ver um prenúncio de como os próximos eventos poderão ser, em áreas abertas, como todos com muito medo e receio, enfim. Disse que fez esses apontamentos, se dirigindo em especial ao Conselheiro João que, segundo falou, estará muito à frente das questões do recurso da LAB, é que uma das coisas muito positivas feita pela Secretaria de Cultura, ainda no início da LAB, foram as lives, as salas de conversa, as trocas, que foram promovidas pela Secretaria de Cultura que conversou muito com a comunidade, pediu sugestões. Falou que tem certeza de que os pontos em que os gestores mais acertaram foram aqueles em que tinham maior afinidade com o que foi proposto pela comunidade cultural.

Comentou que leu o documento que a Presidente apresentou e, de fato, fala para aguardar para iniciar a execução do recurso, mas lá não diz que a Secretaria não pode iniciar conversas, ouvir propostas, comesse a debater o trabalho preliminar, afinal de contas, apontou, temos um recurso que foi aplicado pela comunidade cultural e que existem uma série de pessoas que não receberam também, além de ainda existirem várias questões que não foram resolvidas, que ainda estão no ar.

Então, propôs, que a Secretaria de Cultura e os gestores da LAB retomem o diálogo com a comunidade. Lembrou que o recurso é público, que ele passa pela Secretaria; salientou que ouvir a comunidade, saber de seus anseios e levar informações é muito positivo.

Falou que a Lei Aldir Blanc trouxe de muito positivo o grande encontro da comunidade da comunidade cultural brasileira, que a Lei fez com que a comunidade cultural se encontrasse, se conhecesse. Então, reforçou sua proposta para que a Secretaria de Cultura retome essas conversas, pois esse recurso é da comunidade e precisa retornar à comunidade.

Comentou que corrigir falhas, dialogar, levar informações e esclarecimentos, tudo isso só traz um sossego a comunidade que ainda está em uma situação muito difícil e muitos o único recurso que receberam foi o da LAB. Apontou que diversos espaços culturais fecharam, que muitos tiveram que fazer rifas, tiveram que vender instrumentos e equipamentos e que muitos ainda estão fechando porque não conseguem mais se sustentar e não têm nenhuma expectativa de um retorno.

Voltou a dizer que se ainda não há autorização para executar o recurso, não tem nada que impeça o início do diálogo para ouvir sugestões e para planejar, mesmo que esse planejamento depois sofra ajustes.

Ainda se dirigindo em especial ao Conselheiro João, comentou que recebeu alguns contatos ao longo da última semana de pessoas que, por diversas razões, não conseguiram encaminhar a prestação de contas dentro do prazo determinado e perguntou como a Secretaria de Cultura pretende solucionar a questão dos beneficiários que, porventura, não tenham conseguido fazer a prestação de contas até o dia 30 de junho de 2021, além de questionar qual o volume de pessoas que não conseguiram prestar contas.

O Conselheiro João informou que não trata diretamente do Inciso II da LAB, então teria que levantar a informação solicitada pela Conselheira Rita quanto ao número de prestações de contas apresentadas até o momento, mas que para aqueles que não conseguiram enviar a prestação de contas dentro do prazo determinado, esses devem encaminhar uma justificativa. Com relação ao planejamento da execução do saldo remanescente da LAB, informou que tão logo a Secretaria receba orientações, poderão discutir e debater o tema.

A Conselheira Rita sugeriu, em especial ao Conselheiro João, que a Secretaria solte uma nota com a informação de como aqueles que não fizeram suas prestações de contas devem proceder. Reiterou que no início da Aldir Blanc, mesmo antes de receber orientações ou regulamentações, a Secretaria de Cultura iniciou o diálogo com a comunidade. Assim, reforçou sua proposta para que a SECEC inicie o diálogo, nem que seja para levar esse esclarecimento de que estão aguardando à comunidade.

O Sr. Raphael Veiga se manifestou no sentido de complementar a fala da Conselheira Rita. Apontou que o que deveria acontecer seria um movimento contrário, por se tratar de uma lei emergencial, a Secretaria de Cultura no lugar de aguarda orientações deveria fazer uma provocação, encaminhado as demandas da comunidade e pedir essa liberação com urgência, pois se ficarem dependendo do Secretário Especial de Cultura, Mário Frias, essa orientação não sairá tão cedo. Comentou que a comunidade cultural precisa de uma proatividade da SECEC no sentido de buscar essas orientações, pois não têm mais tempo. Lembrou que o que está sendo tratado é de uma lei emergencial, que até o momento pagou uma única vez as pessoas, que tiveram inúmeros problemas e esses problemas se devem, principalmente, por terem deixado para última hora, que tornou a execução da LAB um caos tanto para a Secretaria de Cultura quanto para a comunidade, que são aqueles que não deveriam ter sido atingidos.

Apontou que é preciso esquecer o Inciso II, pois não existe razão em se aplicar qualquer valor nesse inciso que representa um bola de problemas. Falou que uma lei emergencial jamais deveria impor regramento de pagamento e prestação de contas enquanto pessoas passam fome em suas casas e depois ainda precisam pensar em contrapartida. Comentou que não é beneficiário do Inciso II, mas que tem saído de sua casa para tentar auxiliar alguns beneficiários, pois os regramentos viraram um

grande problema na vida de muitas pessoas. Disse que perguntou o valor exato do saldo remanescente para a Presidente, pois entende que um valor de R\$ R\$ 3.851.738,00 representa um prêmio de R\$ 4.000,00 que pode beneficiar novecentas e sessenta e três pessoas e ponto final, pois não há cabimento em se pensar em prêmios de diferentes valores enquanto pessoas passam necessidade. Salientou que as pessoas estão precisando do recurso na mão para utilizarem da forma como precisam no momento. Se colocou à disposição para fazer pressão em quem preciso for para ajudar na liberação desse recurso e iniciarem a execução o quanto antes, mas que esse movimento não pode ser só da sociedade; está na hora da Secretária buscar essa liberação junto com a sociedade e a Secretaria Especial que tome as providências necessárias para liberar.

Reforçou que é preciso esquecer o Inciso II, esquecer valores altos e beneficiar o maior número de pessoas que puderem ser beneficiadas. Com relação a realização da live, comentou se dirigindo ao Conselheiro João, deu a dica de entrarem no Instagram da Secretaria de Cultura do Goiás para que possam ver o quão transparentes eles são, apesar de terem aplicado o recurso pessimamente, mas o Estado de Goiás está fazendo diálogos semanais para buscar entender como a comunidade quer que esse recurso chegue até ela. Finalizou dizendo que não é necessário aguardar orientação nenhuma para abrir diálogo com a sociedade, que basta realizar.

O Conselheiro João comentou que a Secretaria pode realizar lives e promover diálogos, fazer tudo o que for necessário, mas se as orientações forem em outro sentido terão que iniciar tudo do zero.

Comentou que gostaria de corrigir alguns pontos da fala do Sr. Raphael Veiga e ressaltou que a Lei Aldir Blanc no Distrito Federal teve uma execução de mais de noventa por cento do recurso originalmente destinado. Salientou que a Secretaria não demorou para executar os recursos, pois a Lei foi regulamentada em agosto e o recurso só chegou no Distrito Federal em setembro. Apontou que realmente houve correria, mas não por qualquer atraso nas ações da Secretaria de Cultura e que os problemas eventuais que ocorreram foram em função de questões burocráticas que não puderam ser aperfeiçoadas antes dos problemas ocorrerem. Opinou que também considera o Inciso II muito complicado, mas, apontou, ele está previsto na Lei e foi debatido com a comunidade que quis quiseram o Inciso II, pois a questão da manutenção dos espaços era uma necessidade e, por isso, optaram pelo inciso mesmo com todas aquelas questões. Contou que, inclusive, falou na época que as exigências da Lei eram as mesmas exigidas pelo Fundo de Apoio à Cultura e que aquilo era uma loucura, pois teriam que analisar prestações de contas. Falou que essa era uma opinião pessoal, não o posicionamento da Secretaria.

Lembrou que não é o Secretário, pois muitas vezes se dirigem diretamente a ele, mas que é apenas o Subsecretário. Salientou que, em sua opinião, consideraria os CEACs válidos e distribuir o recurso de R\$ 3.851.738,00 de maneira igualitária, o que daria R\$ 938,20 centavos para cada, mas não sabe se essa seria a melhor alternativa.

O Sr. Raphael Veiga pediu novamente a fala e esclareceu que foi mal interpretado, pois quando falou da péssima execução da Lei Aldir Blanc estava se referindo ao estado de Goiás, que sugeriu que dessem uma olhada em suas lives, pois apesar da péssima execução dos recursos, estão fazendo um trabalhando com muita transparência. Apontou que se observarmos a execução da LAB pelo estado de Goiás veremos que não executaram noventa e três por cento da Lei e disse que sabe, pois auxiliou muitos beneficiários do estado.

Aproveitou para falar sobre a questão do tempo para início da execução da Lei. Comentou que voltaria a sua fala anterior quando falou de proatividade, pois se o recurso só chegou em setembro porque demorou na CLDF e a Secretaria de Cultura ficou aguardando e, por isso, o recurso da LAB acabou chegando tarde para a SECEC, que ficou enlouquecida. Apontou que foi um dos prejudicados por essa demora, mas não apenas ele. Ressaltou que não falou nenhuma inverdade e que é preciso escutar a fala um do outro, pois em nenhum momento falou que a Secretaria de Cultura executou mal os recursos da LAB. Ressaltou a importância de se repensar o formato para que não aconteçam os

mesmos erros do ano passado, que foi ficar esperando e que depois virou uma bomba para a Secretaria de Cultura. Apontou que o importante agora é fazer com que o recurso seja liberado e que chegue nas mãos das pessoas da melhor forma possível, pensando no que é melhor para a sociedade.

A Presidente Elizabeth agradeceu e lembrou a todos que a Lei demorou a ser aprovada na CLDF porque a Secretaria de Economia demorou muito para encaminhar para o Legislativo. Ressaltou que não se trata de transferir culpa, mas que a Secretaria de Cultura fez o possível e o impossível para agilizar os trâmites, exatamente para não terem que passar por tudo o que passaram.

A Conselheira Rita corroborou a fala do Conselheiro João e da Presidente sobre o recurso ter sido liberado somente em setembro e que a Secretaria de Economia do Distrito Federal demorou mais de um mês para encaminhar para a CLDF, causando um angústia profunda na comunidade e para a Secretaria de Cultura. Apontou que a CLDF teve muita celeridade para resolver e reforçou que todas as vezes que a Lei Aldir Blanc esteve dentro Legislativo teve muita agilidade e que no Executivo a Lei encontrou muita dificuldade e que não se pode esquecer que a Secretaria de Economia segurou o recurso por muito tempo, sendo necessário que a comunidade cultural fosse para a rua em plena pandemia com atos, indo até a imprensa até que o mecanismo voltasse a girar.

Apontou que todos sempre souberam que o Inciso II era o grande gargalo da Lei Aldir Blanc.

Reforçou que, com relação aos três incisos, que no início da LAB tiveram o comitê consultivo que dele saiu uma Conferência de Cultura que debateu estritamente a Lei Aldir Blanc e apresentou/consolidou mais de noventa e três propostas e que grande parte dessas propostas se referiam ao Inciso II, pois sabiam que estariam os grandes problemas na execução. Comentou que acredita que tudo o que foi debatido sobre o Inciso II não valeu de nada e que a própria Secretaria de Cultura determinou a forma de fazer, sem ouvir o que foi proposto pela comunidade cultural, mas reforçou que o que deu certo precisa ser replicado e que o que não deu certo precisa ser revisto e reavaliado.

Comentou que compreende a fala do Conselheiro João quando diz que é preciso aguardar a regulamentação para que a Secretaria possa dizer como irá proceder, mas que isso não impede, como não impediu anteriormente, que a Secretaria inicie um debate com a comunidade cultural que é quem de fato é “dona” do recurso e a SECEC faz a gestão do recurso, e, por isso, nada mais justo que ouvir os anseios da comunidade.

O Conselheiro João Moro falou com o Sr. Raphael Veiga que se o entendeu errado e se foi de alguma forma injusto se desculpava desde já e que iria verificar o áudio da reunião para repassar as falas. Comentou que concorda com a fala da Conselheira Rita, em especial ao que se refere ao Inciso II da LAB e comentou que compreende a demanda pela proatividade, mas apontou que é preciso entender que tem questões que não há muito o que fazer. Apontou que discorda com a Conselheira Rita com relação ao tempo que a Lei Aldir Blanc ficou no Legislativo, pois a Lei ficou uma semana a mais na CLDF que não tinha razão de ser; que a Lei poderia ter sido votada no dia 11 de novembro de 2020, mas não foi por falta de quórum e com isso perdeu-se uma semana que não teria salvado o Natal de ninguém, mas que teria contribuído para que todos respirassem um pouco mais tranquilos. Finalizou fazendo votos para que esse ano não aconteça da mesma forma.

O Conselheiro Wellington solicitou uma questão de ordem, mas sua conexão caiu. Enquanto o Conselheiro se reconecta à reunião, a Presidente consultou a Conselheira Fernanda se ela gostaria de apresentar o Formulário de Avaliação da Aplicação da Lei Aldir Blanc com os últimos ajustes, ao que a Conselheira respondeu que sim.

A Conselheira Fernanda apresentou o Formulário do Google Forms, por meio de compartilhamento de tela, apresentando cada um dos pontos e as alterações solicitadas na 12ª Reunião Ordinária do Conselho e respondeu as dúvidas dos presentes quanto a detalhes do formulário. Informou que algumas questões sugeridas precisaram ser adaptadas, pois alguns beneficiários da LAB ainda estão executando suas contrapartidas. Recebeu algumas sugestões ao longo da apresentação e realizou as mudanças/ajustes solicitados.

Comentou com os demais Conselheiros que considera importante que todos que estão responsáveis pela elaboração do questionário o respondam antes de liberá-lo à comunidade, para que possam ter certeza de que todas as regras estão cerinhas e se não há nenhum erro.

A Presidente do Conselho concordou com a Conselheira Fernanda e disse que assim que o formulário estiver finalizado, todos testarão para que não seja disponibilizado à comunidade com erros. Comentou que após os testes solicitará aos gestores das várias linhas da LAB que encaminhem o link do formulário aos beneficiários, além de disponibilizar na página do Conselho e nos grupos.

A Conselheira Fernanda sugeriu que, após as verificações, o link do Formulário, se possível, seja disponibilizado na página da Lei Aldir Blanc de forma a centralizar ali as informações.

A Presidente respondeu que solicitaria à Ascom a publicação do link do formulário tanto na página do CCDF quanto na página da Lei Aldir Blanc. Comentou que o CCDF tem o mailing do Inciso II e o utilizará para comunicar os beneficiários.

A Conselheira Aline se manifestou solicitando a opinião da Conselheira Regional Neide Nobre e do Sr. Raphael Veiga no formulário, pois eles participaram ativamente de todo o processo e, por isso, suas opiniões seriam muito importantes.

A Conselheira Neide se voluntariou para responder o formulário na etapa de teste, pois dessa forma poderá analisar e melhor e fazer possíveis apontamentos, ao que foi acompanhada pelo Raphael no oferecimento.

A Presidente agradeceu e respondeu que o link do formulário será encaminhado aos dois para que possam contribuir.

Não tendo novas manifestações, passou ao próximo ponto de pauta.

- Debate sobre tratativas da sociedade civil com a Secretaria de Economia do DF para a liberação e a execução dos recursos destinados à Cultura. A Presidente abriu o ponto de pauta e passou a palavra à Conselheira Fernanda para retomada do debate iniciado na 12ª Reunião Ordinária do CCDF.

A Conselheira Fernanda explicou aos presentes que o presente ponto de pauta surgiu da necessidade, dos Conselheiros da Sociedade Civil e da comunidade cultural, de compreenderem como deve funcionar o fluxo de trabalho entre a Secretaria de Economia e a Secretaria de Cultura. Comentou que alguns grupos ligados às emendas parlamentares têm grandes dificuldade em saber como estão seus processos, que muitas vezes buscam informações tanto na Secretaria de Economia quanto na Secretaria de Cultura a resposta é sempre a mesma, a demanda não está com nenhuma das Secretarias e os interessados ficam num limbo. Contou que na reunião com a Secretaria de Economia, realizada no dia 01 de julho, se sentiu constrangida, pois a informação dada na reunião é que a Secretaria de Cultura e Economia Criativa não está fazendo seu trabalho e que o Secretária de Economia não vai liberar recursos para gestores que não têm nenhum plano, projeção ou edital para que a Secretaria de Economia saiba onde o recurso será aplicado. Apontou que existe um ruído de gestão muito grande e a comunidade cultural está nesse meio e, por isso, esse assunto foi trazido para pauta, para que o CCDF possa, de maneira formal, solicitar explicações sobre como funciona o processo de gestão financeira da execução das emendas parlamentares executadas por meio da Secretaria de Cultura e também sobre o processo de cumprimento da LOC, ou seja, informações sobre o superavit, informações sobre a execução de editais para que a Secretaria de Economia libere os recursos, enfim, entender como funciona esse processo. Apontou que para isso é necessário que o Conselho debata se o Pleno do CCDF quer saber como funciona o processo atual de gestão e execução dessas emendas parlamentares e do processo atual de gestão do FAC e de todos os financiamentos que porventura necessitem que a Secretaria de Economia autorize ou libere recursos para que a Secretaria de Cultura possa fazer seu trabalho. Ressaltou que é necessário entender como funciona hoje para que coletivamente possam definir como querem o “to be”, ou seja, o redesenho do processo, pois como o processo está hoje não atende e é necessário que encontrem o caminho para

que passe a atender. Deixou o questionamento para o Conselho sobre qual é esse caminho, para que possam tangibilizar essa análise do processo e entender como ele funciona de ponta a ponta e descobrir como podem redesenhar os gargalos que no momento são graves e urgentes, os quais a sociedade civil precisa que sejam corrigidos para que a cadeia de economia criativa, vinculada à cultura, possa rodar.

A Conselheira Rita comentou que na 12ª Reunião Ordinária do CCDF tentou fazer uma proposta, mas infelizmente não houve tempo. Propôs que o CCDF convide o Secretário de Economia, André Clemente, para vir ao Conselho de Cultura do Distrito Federal para que possam conversar com ele sobre os apontamentos da Conselheira Fernanda a respeito da execução da LOC e sobre a proposta da Secretaria de Economia, que considera no mínimo estranha, de que a comunidade cultural apresente propostas diretamente à Secretaria de Economia para que um valor de mais de R\$ 100.000.000,00, que faz parte do saldo remanescente do FAC, possa ser executado diretamente pela Secretaria de e também para que possam entender como ficará o segundo pacote de editais de 2021, tendo em vista que a LOC prevê que até 30 de abril deve ser lançado cinquenta por cento dos recursos do FAC e até 30 de agosto os cinquenta por cento restantes.

Apontou que na reunião passada o Conselheiro João Moro esclareceu a proposta da Secretaria de Cultura ao lançar os R\$ 50.000.000,00 do FAC em um único bloco de editais, mas isso, comentou, descumpra a LOC, pois quando se lança R\$ 50.000.000,00 até 30 de abril esperasse, para cumprir a Lei Orgânica da Cultura, que lance outro bloco de editais de mais R\$ 50.000.000,00 até 30 de agosto. Ressaltou que fez tal comentário, pois na última reunião a Conselheira Aline fez uma observação e foi seguida pelo Conselheiro Rênio Quintas sobre a dificuldade de calendário para se executar esse recurso, mas é necessário lembrar que a LOC prevê até essa data. Então, ressaltou, diante dessas questões e dessa fala do Secretário de Economia que diz que existe esse recurso e inclusive o Secretário escreveu o valor em um papel que está em poder do Conselheiro Rênio Quintas, ou seja, o dinheiro existe e é da Cultura. É preciso entender como esse recurso será executado, como pode o Secretário de Economia se dirigir a comunidade cultural e falar que ela que tem que propor diretamente. Concordou com a Conselheira Fernanda que de fato há um ruído de comunicação e esses pontos precisam ser esclarecidos, pois trata-se de dinheiro público e não pode uma Secretaria dizer que tem cento e tantos milhões em uma reunião e a outra Secretaria dizer que o recurso ainda não chegou para ela; isso demonstra uma falta de articulação, de comunicação. Reforçou que é preciso saber como funciona esse processo, pois ele é muito confuso e já seria confuso em um momento normal, mas principalmente nesse momento de pandemia, que é um momento extremo, num ano pré-eleitoral, num Governo Federal Fascista e com um Governo Distrital alinhado a esse Governo. Então, apontou, é preciso ter muito esclarecimento sobre todos esses pontos.

Comentou que a comunidade cultural quer esclarecimentos, que precisa de explicações para que o dinheiro público chegue aonde precisa chegar, que é na cadeia produtiva da cultura, que não se trata apenas do artista, do produtor; trata-se de todos os serviços que essa cadeia mobiliza e gera, e como esse recurso movimenta setores importantes da cadeia econômica do Distrito Federal e uma vez que esse recurso fica contingenciado na Secretaria de Economia, quem acaba prejudicado é o setor cultural diretamente, mas também toda a cadeia da cultura e toda a sociedade que fica privada, tanto do recurso que ajuda a girar a economia do Distrito Federal quanto do resultado final, que é a arte e cultura chegando até ela.

Ressaltou que vê e compreende o esforço da Secretaria de Cultura em fazer Meu Primeiro FAC, FAC Periférico e editais de menores valores, por exemplo, mas por outro lado as vezes percebe também alguma falta de articulação, pois é incompreensível que o Secretário de Economia diga que existe um recurso de cento e tantos milhões para a cultura e a Secretaria de Cultura não se posicionar ou ir atrás disso pelo menor para verificar a veracidade da informação.

Por todo o exposto, reforçou sua proposta para que o Conselho de Cultura convide o Secretário de Economia do Distrito Federal para vir ao CCDF. Contou que já participou de reuniões de outros

conselhos que ele estava presente e tratou de pautas inclusive da cultura e, por isso, acredita que já está na hora do CCDF convidar o Secretário André Clemente a participar de uma reunião do Conselho e esclarecer todos os pontos que foram levantados.

A Presidente informou que após os comentários de todos os Conselheiros debateriam a proposta da Conselheira Rita.

O Conselheiro João explicou que, como já falado na reunião da semana passada, a Secretaria optou pela estratégia de lançar um bloco de editais mais cedo visando executar todo o recurso do FAC. Com relação ao orçamento, comentou que disponibilizou no chat trechos do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, que trata sobre a organização administrativa do Distrito Federal, apontando mais especificamente o que é atribuição da Secretaria de Economia do Distrito Federal e o que é atribuição da Secretaria de Cultura. Comentou que o grande ponto é que a SECEC não tem qualquer tipo de ingerência sobre os pontos colocados até o momento na reunião, pois a Secretaria não consegue editalizar recursos que não estejam na disponibilidade orçamentária do Fundo de Apoio à Cultura, lembrando que há diferença na disponibilidade orçamentária da Secretaria e na disponibilidade orçamentária do FAC. Apontou mais especificamente o Art. 23, I, II e XIV, do referido Decreto, que dispõem que é competência da Secretaria de Economia: a gestão administrativa (I), a elaboração orçamentária (II) e promover a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital (XIV). Nesse sentido, apontou que não cabe ao Secretário de Economia dizer que deve ter um plano A ou B, pois a competência da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, conforme disposto no Art. 39 do Decreto em questão, envolve o Fundo de Apoio à Cultura.

Assim, apontou, o projeto que a Secretaria de Cultura tem é editalizar o FAC, e não há muito o que possa ser questionando com relação a isso; lembrando sempre da questão de que só se pode criar uma despesa quando se tem previsão orçamentária para ela. Reiterou a fala da Presidente Elizabeth, na reunião da semana passada, sobre os reiterados ofícios enviados pela Secretaria de Cultura à Secretaria de Economia buscando informações sobre o saldo remanescente e sobre o cálculo do montante a ser disponibilizado a Secretaria de Cultura, pois a SECEC não tem como deslocar força de trabalho ou fazer planejamentos sem essas informações.

Por fim, apontou que se alguém não está cumprindo a Lei Orgânica da Cultura esse alguém não é a Secretaria de Cultura, pois a SECEC está fazendo tudo que pode dentro da LOC. Comentou que é preciso visitar mais uma vez a hierarquia das normas e lembrar que a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2020, é superior as leis distritais e a SECEC não pode descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal lançando um edital sem que tenha a disponibilidade orçamentária para ele.

A Conselheira Aline comentou que tanto a Presidente quanto o Conselheiro João já falaram bastante do que ela queria trazer, mas que é preciso ressaltar mais uma vez que não é possível disponibilizar um edital sem que haja disponibilidade orçamentária para ele, também apontou sobre os ofícios enviados pela Secretaria de Cultura à Secretaria de Economia questionando sobre esses valores, sobre o saldo remanescente.

Complementou apontando uma das falas do Secretário de Economia, trazida pela Conselheira Fernanda, de que para liberar o recurso precisaria saber onde o dinheiro será gasto. Comentou que o Secretário de Economia tem em mãos todo o planejamento da Secretaria de Cultura, pois de uma forma macro isso está no Plano Plurianual, que trata das metas, diretrizes e objetivos, e mais especificamente na Lei Orçamentária Anual. Então, a Secretaria tem em mãos como será gasto esse recurso. Apontou que a questão dos editais é uma questão mais específica que é discutida com a comunidade e outros Conselhos para poder definir para qual edital vai o recurso, mas que a Secretaria de Economia já tem condições de saber que o recurso vai para um edital. Exemplificou que o recurso do FAC tem certo de que cinco por cento irá para manutenção, mas o restante do valor, como previsto na própria LOA, vai para os editais, mas que esses editais só poderão ser publicados se garantida a disponibilidade orçamentária.

A Conselheira Regional Neide Nobre apoia a proposta da Conselheira Rita para que o Secretário de Economia venha dialogar com esse Conselho e com a comunidade, pois têm acompanhado o Secretário de Economia dizer em vários momentos que recurso não pode ficar parado, além de ter dito algumas vezes que a Cultura não tem projeto. Então, apontou, é necessário eliminar esses ruídos, pois a comunidade cultural está sendo prejudicada.

Comentou que a comunidade vê como um fato positivo quando a Fazenda assume que existe recurso do FAC para ser liberado ainda este ano e que a Reunião do dia 30 de junho com o Secretário de Economia foi articulada após um ato da comunidade cultural em frente ao Palácio do Buriti no dia 29 de junho e que na reunião foi tratado sobre o orçamento para a cultura e sobre a liberação de recursos para a suplementação de edital cultural e, por isso, reiterou, é necessário realinhar o diálogo da Secretaria de Cultura com a Secretaria de Economia e assim eliminar os ruídos de comunicação. Para isso, acredita, o melhor caminho é convidar o Secretário de Economia para propor esse diálogo e garantir a liberação do recurso e garantir que a disponibilidade orçamentária chegue até a Secretaria de Cultura para que essa possa editalizar, conforme previsto no PPA e na LOA.

Finalizou apontando que algo está impedindo que as coisas fluam como necessário, mas que a comunidade cultural tem facilidade para, nesse momento, apesar da pandemia, se reunir e cobrar as providências necessárias.

O Conselheiro João Breyer, do CRC do Gama, agradeceu a oportunidade de participar da reunião do CCDF. Falou sobre o movimento que possibilitou o encontro com o Secretário de Economia e comentou que algumas falas da reunião foram consideradas como uma afronta para aqueles que defendem a Secretaria de Cultura e a tem como parceira, como uma construção do movimento cultural, e que o Conselho de Cultura possibilita essa parceria ao permitir que os diálogos aconteçam. Apontou que esse diálogo com o Secretário de Economia deve acontecer de forma pacífica, sem coloca-lo contra a parede, mas apresentando propostas construídas a partir da parceria entre a Secretaria de Cultura, o Conselho de Cultura e a Comunidade Cultural, levando propostas e apontando que a realização delas será ponto para o governo dele, pois não há uma proposta de política de governo contra governo, mas sim propondo ações para a comunidade cultural e assim propor uma cultura de paz e de diálogo, pois é preciso que tenhamos a capacidade de nos reunir, sentarmos juntos, e discutir os pontos para que a essa parceria (Secretaria de Cultura, o Conselho de Cultura e a Comunidade Cultural) ajude a Secretaria de Economia a ajudar a comunidade cultural.

Lembrou que a situação atual é não usual, mas que o Conselho de Cultura possibilita uma oportunidade de diálogo tanto com o Executivo quanto com o Legislativo. Apontou que será uma grande vitória se esse ano conseguirem utilizar todo o recurso do FAC, pois esse dinheiro que é da cultura, que como já colocado, gira toda a cadeia da cultura. Finalizou apontando que a comunidade pode ir aonde a Secretaria de Cultura não consegue, daí a importância da parceria, para que a SECEC proponha ações e a comunidade cultural vá lá e lute para que elas sejam concretizadas, fazendo uma pressão popular para que as coisas aconteçam.

Parabenizou o trabalho dos Conselheiros pelo protagonismo e pela representatividade, que trabalham como um colegiado, um coletivo.

A Conselheira Rita comentou que os assuntos são retomados muitas vezes porque o que parece simples para os membros do governo muitas vezes não é para a comunidade e, por isso, precisarão ser retomados quantas vezes forem necessárias até que a comunidade compreenda, pois trata-se da execução de seus trabalhos e se temos um Secretário de Economia que diz aberta e publicamente em diversos locais que existe um dinheiro para a cultura e diz que não tem nenhuma resistência em alinhar suas ações com a do Secretário Bartolomeu sobre como utilizar e aplicar os recursos da Cultura. Então, apontou, se o Secretário de Economia diz isso é necessário que a Secretaria de Cultura busque essa informação. Lembrou que dentro da Secretaria de Cultura existe uma Assessoria de Articulação de Política Cultural e que o FAC é nossa principal política pública, que o recurso que fomenta toda a cultura do Distrito Federal direta e indiretamente e é nesse sentido que pedem mais

proatividade da Secretaria para buscar informações, pois é um absurdo que o Secretário de Economia de economia continue falando que tem que apresentar projetos para que o recurso seja liberado, pois essas falas fazem parecer que a Secretaria de Cultura só executa o que a Secretaria de Economia Libera. Questionou se não seria papel dessa Assessoria de Articulação de Política Cultural buscar essas informações.

Apontou que fez essas colocações, pois sabem que a Secretaria só pode publicar o que tiver disponibilidade orçamentária, mas que está faltando, ou ao menos é o que parece para a comunidade, articulação para saber onde está o dinheiro do FAC que o Secretário de Economia diz reiteradas vezes que está disponível, mas que falta a Secretaria de Cultura apresentar projetos e, como falado pela Conselheira Fernanda na última reunião, é como se houvesse um desconhecimento do Secretário de Economia da Lei Orgânica da Cultura. Assim, cabe Secretaria de Cultura comunicar levar essa informação a ele já que, ao que parece, ele não buscou esse conhecimento e depois comunidade cultural, pois existe uma Lei que garante os recursos do FAC e o saldo remanescente, mas desde o início da gestão do atual Governador tem-se a impressão de que sempre se teve a intensão de contingenciar os recursos do Fundo de Apoio à Cultura e, por essa razão, a comunidade já foi às ruas diversas vezes para defender o FAC.

Finalizou reiterando que já passou da hora deste Conselho convidar, e se o convite não for aceito, convocar, o Secretário de Economia para que venha ao Conselho e esclareça todos esses pontos. Apontou que não podemos ceder as ações da Secretaria de Economia, pois, em seu entendimento, há uma questão política para além das questões orçamentárias e, por isso, a questão precisa ser vista.

A Presidente do Conselho lembrou que todo o planejamento da Secretaria de Cultura, incluindo todas as suas instâncias que inclui gestão de patrimônio e muitas outras coisas, vai para aprovação da LOA. Assim, o planejamento está todo na Secretaria de Economia e o FAC, o planejamento do FAC, está na LOC e que quando se fala de plano ou planejamento trata-se disso.

O Conselheiro Wellington comentou que sua conexão está bem ruim, mas que gostaria de retornar a questão de ordem que solicitara há alguns minutos e abordar o atual ponto de pauta.

Apontou que a questão de ordem era no sentido de nos orientar quanto as atribuições do CCDF e exemplificou que a pauta da reunião de hoje mostra que o Conselho tem, em geral, cumprido o que o Regimento e a própria LOC determinam, que tentar resolver as demandas da comunidade cultural. Assim, pediu aos Conselheiros de governo que se atentem a forma de tratar, de se dirigir, a comunidade cultural, que é um bem precioso e que esta instância só existe porque existe a comunidade cultural e, por sorte, temos a Lei Orgânica da Cultura.

Comentou que o Conselheiro João citou a Lei de Responsabilidade Fiscal e que tem certeza de que em seu comentário ele não quis minimizar a Lei Orgânica da Cultura, que é a paixão maior da comunidade cultural, e, por isso, não estão focados na Lei de Responsabilidade, mas sim na Lei Orgânica da Cultura, para que os artigos 64 e 65 da LOC que falam sobre as responsabilidades do Secretário Bartolomeu Rodrigues. Apontou que uma das questões que precisam saber é de onde vem o recurso, mas que o que está na Lei é que o FAC deve ser executado duas vezes ao ano e que se o Pleno deste Conselho não atuar de forma mínima sobre a fiscalização do cumprimento da Lei, estarão prevaricando e isso também é crime e a responsabilidade recairá sobre a Presidente do Conselho.

Fez essas colocações, comentou, pois vê que estão muito preocupados em defender o governo, em defender o Secretário Bartolomeu Rodrigues, mas que a defesa deve ser da Lei e que ela não deixa brechas, estamos todos subordinados as leis e as leis complementares estão subordinadas à Constituição Federal. Assim a Lei de Responsabilidade Fiscal deve dialogar diretamente com a LOC e não pode inviabilizar que o Conselho faça cobranças a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Economia. Essa é a função do Conselho, apontou.

Ressaltou que não estão interpretando a Lei a seu bel prazer, mas apontando que a Lei prevê dois

blocos de editais e que apenas um foi executado sobre a premissa de que assim que teria que resolver. Comentou que já viram governos anteriores atuando da mesma forma e que até hoje estão respondendo administrativamente por suas ações.

Voltou ao Regimento e apontou que a função e a responsabilidade do Conselho para com a comunidade é observar as demandas que estão latentes e que se pensarem que o governo tem uma pauta e a sociedade civil tem outra o Conselho não conseguirá chegar a lugar nenhum.

Comentou que a Presidente Elizabeth precisa avançar com as pautas que estão represadas, pois é importante para o próprio governo que essas pautas sejam executadas para o sucesso de sua gestão, para o sucesso do próprio Secretário Bartolomeu Rodrigues. Apontou que o trabalho dentro de uma política de entendimento, de deliberação coletiva, é dialogando, falando e ouvindo. Por isso, apontou, é muito delicado quando a fala de uma pessoa é cortada e não podemos permitir que essas questões avancem e atrapalhem o trabalho do CCDF. Assim, pediu que todos estejam a tentos as demandas da comunidade cultural.

Por fim, falou que a comunidade cultural nunca teve acesso ao saldo remanescente e é muito desgastante ver o Secretário de Economia achar que poder se envolver, dar pitaco, na Secretaria de Cultura. Que acredita que talvez exista uma articulação para esvaziar este Conselho ou minimizar os trabalhos que vem sendo feitos, mas que não existe uma lei se sobrepor a outra lei, pois todas as leis estão subordinadas a Constituição Federal.

Assim, colocou, a Lei de Responsabilidade pressupõe ações planejadas e transparentes e que, basicamente, não avançaram sobre a questão do saldo remanescente; que permanecem sem saber que é o pai dessa criança. Comentou que o Secretário de Economia parece estar brincando com esses valores e que nem acredita que ele venha ao CCDF, pois ele tem outros interesses e está fazendo algumas reuniões pontuais como estratégia para esvaziar o movimento, mas que, por sorte, o Conselho de Cultura do Distrito Federal é a instância máxima de deliberação e vai cobrar, seja de quem for, a execução da política pública de Cultura do Distrito Federal. Apontou que não podem passar a mão na cabeça de ninguém e que caso o façam, será o primeiro a denunciar isso ao Ministério Público por prevaricação, pois o Conselho recebe o Jeton para isso e devem se preocupar em discutir políticas públicas para o Distrito Federal.

A Presidente agradeceu e sugeriu que, após a fala do Conselheiro João, encerrem as inscrições para que possam votar a proposta da Conselheira Rita.

O Conselheiro João apontou a importância de todas as falas até ali no sentido de avançar com as pautas da cultura do Distrito Federal, mas que é preciso observar algumas questões legais. Comentou que de fato todas as leis estão subordinadas à Constituição Federal, mas que leis complementares têm prevalência sobre as leis ordinárias em geral. Assim, quando a Lei de Responsabilidade diz que despesas não podem ser criadas sem que haja disponibilidade orçamentária ela deve ser observada porque não se restringe ao âmbito administrativo, o que corrobora a ideia de que ela é “maior” que as leis ordinárias.

Comentou que acredita que a ideia do legislador ao sugerir dois blocos era no sentido de que não houvesse uma única fonte e, nesse sentido, o Edital FAC Brasília Multicultural atende essa ideia do legislador, pois tem cinco categorias muito diferentes: uma trata de linguagens, outra de produtos, outra de territórios, uma trata de uma categoria nova; as categorias nem conversam entre si. Assim, apontou, a ideia de lançar um único bloco de editais possibilita que mais agentes acessem os recursos do FAC.

Respondeu ao questionamento que a Conselheira Fernanda colocou no chat se o bloco único de editais estava previsto na LOA, explicou que o FAC tem uma divisão entre projetos culturais para pessoa física, projetos culturais para pessoa jurídica, projetos culturais regiões para pessoa física e projetos culturais regiões para pessoa jurídica. É assim que se divide.

Finalizou dizendo que a Secretaria trabalha em busca de soluções, mas que existem questões jurídicas que precisam ser observadas. Relembrou das diversas vezes que a Secretaria de Cultura oficiou a Secretaria de Economia buscando esclarecimentos sobre as questões do saldo remanescente e/ou sobre a metodologia de cálculo. Por fim, lembrou que existe uma decisão do Tribunal de Contas que precisa ser cumprida.

A Presidente Elizabeth agradeceu e lembrou aos Conselheiros a proposta da Conselheira Rita para que o CCDF encaminhe convite ao Secretário de Economia para que ele participe da 13ª Reunião Ordinária do Conselho e a proposta de encaminhamento da Conselheira Fernanda para que o Conselho solicite à Secretaria de Cultura relatórios detalhados sobre a gestão e a execução de emendas parlamentares e sobre a gestão e execução do FAC.

A Presidente comentou que o Conselho encaminhar solicitação de informação à Secretaria para que forneça ao CCDF os relatórios solicitados pela Conselheira Fernanda e comentou que em uma das libes do Gira Cultura a AJL explicou sobre como funciona o processo de execução das emendas parlamentares. Com relação ao convite para o Secretário de Economia questionou se alguém é contra a proposta da Conselheira Rita.

A Conselheira Rita solicitou uma questão de ordem e complementou sua proposta para que o Secretário seja convidado de imediato e caso não haja resposta que o Conselho proceda com a convocação do Secretário de Economia. Sugeriu, ainda, que o convite seja enviado para a reunião da próxima semana, mas que o convite deixe em aberto a possibilidade do Secretário de Economia propor uma outra data e horário, caso ele não possa comparecer na data indicada.

A Presidente consultou se alguém é contra a proposta, ao que não houve nenhuma manifestação em contrário, ficando aprovada a proposta da Conselheira a presidente informou que amanhã o Conselho encaminhará o convite ao Secretário de Economia do Distrito Federal para que participe da 13ª Reunião Ordinária do CCDF.

Finalizado o ponto de pauta a Presidente do Conselho comentou que ainda restam vários pontos da pauta da reunião de hoje que não foram abordados ainda, mas que a reunião já atingiu o horário previsto para seu término. Apontou que tem dois pontos que considera mais urgentes e que gostaria de abordar rapidamente e que os demais fiquem para serem tratados na 13ª Reunião Ordinária.

Apontou que o Conselho tem um leque de atribuições e que todas essas atribuições precisam ser atendidas e obrigações a cumprir. Comentou que, como colocado pelo Conselheiro Wellington, se houver prevaricação a responsabilidade é solidária.

Comentou que há cerca de dois meses o Conselho aprovou a instituição de um GT para trabalhar definição de linhas de abordagem e diretrizes para elaboração da Cartilha de Pareceristas do FAC e que tendo saído o resultado do edital a hora de instituir esse edital é agora. Assim, perguntou se o Conselho que for agora esse GT e se o prazo de dez dias será suficiente para o encaminhamento das sugestões levantadas. O Conselheiro João respondeu que os dez dias são suficientes, ao que a Presidente questionou se as Conselheiras Rita e Fernanda ainda têm intenção de participar do GT e quem mais gostaria de participar.

A Conselheira Rita apontou que já existem outros Grupos de Trabalho em Andamento e sobre a Conferência, sobre a Lei de Acessibilidade e sobre a Formação dos CRCs e que está em todos eles e, por isso, não acredita que dará conta de assumir mais esse trabalho.

A Presidente comentou que colocou esse ponto de pauta, pois a formação do GT foi uma decisão do Pleno e somente o pleno poderá voltar atrás nessa decisão.

A Conselheira Rita comentou que isso foi aprovado em outro momento, quando viram a necessidade de dar celeridade às questões das análises dos editais que estavam na rua e naquele momento essa parecia ser a solução mais viável.

A Presidente comentou que após a análise do Edital, que foi quando decidiram sobre a formação do

GT, o Pleno do CCDF decidiu pelo adiamento quando na 9ª Reunião Ordinária do CCDF votaram pelo adiamento até que os pareceristas fossem contratados. Ressaltou que o tema voltou a pauta pois a SECEC publicou a lista com os pareceristas habilitados e esse é o momento para retomar a discussão.

A Conselheira Rita perguntou se o Conselho de Administração do FAC (CAFAC) terá participação nessa cartilha. O Conselheiro João respondeu que podem ter, ao que a Conselheira Rita sugeriu a possibilidade de um Grupo de Trabalho Conjunto entre os dois Conselhos, tendo em vista que eles que, provavelmente, irão finalizar esse trabalho. Perguntou a opinião do Conselheiro João e da Conselheira Fernanda, que foi quem apresentou a proposta da elaboração da cartilha.

A Conselheira Fernanda comentou que a proposta foi da sociedade civil e que ela apenas a apresentou ao Pleno, mas que acredita que o GT seria para dar encaminhamento a questão e que acredita que talvez possam fazer uma consulta pública para colher sugestões, pois estão sem “pernas” para mais essa demanda.

A Conselheira Rita sugeriu um encontro com o CAFAC para que possam juntos deliberar sobre a proposta e estabelecer as linhas e diretrizes propostas.

A Conselheira Aline e o Conselheiro João concordaram com a proposta da Conselheira Rita que sugeriu uma Extraordinária entre o CAFAC e o CCDF.

A Presidente comentou que precisarão solicitar isso ao CAFAC a realização dessa reunião conjunta para que possam debater o tema. O Conselheiro João se incumbiu de fazer contato do o CAFAC e articular a realização da reunião sugerida. Apontou que considera importante que já tenham algumas propostas para que possam discutir na reunião e tornar o debate mais produtivo.

A Conselheira Fernanda comentou no chat que enviará sugestões por e-mail e a Presidente se disponibilizou a consolidar essas propostas.

A Conselheira Fernanda se manifestou e comentou que o CCDF tem proposto temas que interferem diretamente do trabalho do CAFAC e que não sabe de que forma a sociedade civil pode contribuir para essa construção, pois deveriam ser apenas insumos nesse processo e que considera que essa consolidação deveria partir do Executivo, pois a sociedade civil tem perdido muito tempo trabalhando em documentos e ferramentas, quando deveriam ser apenas insumo. Finalizou destacando mais uma vez o desvio de função de ocorre no CCDF.

A Presidente comentou que a proposta não é para que o CCDF apresente um produto, mas sim que indique linhas e diretrizes, como foi colocado na proposta trazida pela própria Conselheira Fernanda. Assim, o trabalho do Conselho seria fazer sugestões de linhas e diretrizes que considerem importantes para constar na cartilha que será feita pela Subsecretaria de Fomento e Incentivo (SUFIC).

A Conselheira Rita sugeriu que a pessoa da SUFIC que irá consolidar essas propostas participe dessa reunião para dar celeridade e facilitar o processo e perguntou se já existe uma cartilha ou se essa será a primeira.

O Conselheiro João respondeu que nunca houve uma cartilha, que essa demanda surgiu da necessidade capacitarem melhor os pareceristas e que será ele mesmo a fazer a consolidação das propostas.

Ficou definido que o Conselheiro João fará as tratativas com o CAFAC para realização da reunião conjunta para tratar sobre a definição das linhas de abordagem e diretrizes para elaboração da Cartilha de Pareceristas do FAC.

Não tendo mais manifestações sobre o tema, a Presidente agradeceu a presença e a contribuição de todos, ficando as pautas que não puderam ser abordadas na presente reunião adiadas para a pauta da 13ª Reunião Ordinária do CCDF.

A reunião encerrou-se às 22h12, ficando a atribuída a mim a redação da ata da presente reunião que a

submeterei aos Conselheiros de Cultura do Distrito Federal para aprovação.

Seguirá anexo a essa Ata o chat da 9ª Reunião Extraordinária do Conselho de Cultura do Distrito Federal.



Documento assinado eletronicamente por **KENIA SEVERO PEREIRA - Matr.0247653-3, Secretário(a) Executivo(a)**, em 05/08/2021, às 11:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH FERNANDES - Matr.0245379-7, Presidente do Conselho**, em 05/08/2021, às 11:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **IARIADNEY ALVES DA SILVA - RG 2738210 SSP/DF, Usuário Externo**, em 05/08/2021, às 11:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA MORO - Matr.0242538-6, Subsecretário(a) de Fomento e Incentivo Cultural**, em 05/08/2021, às 14:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Barbosa Adão, Usuário Externo**, em 05/08/2021, às 17:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON JOSE LOURENCO DE ABREU - RG 1570434 SSP/DF, Usuário Externo**, em 06/08/2021, às 08:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr.0501696984-7, Assessor(a) Especial**, em 06/08/2021, às 10:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE MARIA DA SILVA CAMILO - Matr.0238577-5, Coordenador(a) do Fundo de Apoio à Cultura**, em 06/08/2021, às 14:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CÁSSIA FERNANDES DE ANDRADE - Matr.0244228-0, Membro do Conselho**, em 10/08/2021, às 14:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

verificador= **66407724** código CRC= **B0986C76**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCTN, Via N2, Anexo do Teatro Nacional - Bairro Asa Norte - CEP 70070-200 - DF

00150-00002458/2021-11

Doc. SEI/GDF 66407724

CHAT
9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 13/07/2021
VIA ZOOM REUNIÕES

De Mim para Todos: 06:21 PM

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

19h15 – INFORMES

- Informes Gerais da Presidência
- Informes dos Conselheiros
- Informes da Comunidade (até 03 inscrições – 2 minutos cada)

PAUTA

19h45 - Lei Aldir Blanc

20h15 - Debate sobre tratativas da sociedade civil com a Secretaria de Economia do DF para a liberação e a execução dos recursos destinados à Cultura.

20h30 - Debate sobre instrução para Conselhos Regionais de Cultura sobre os Regimentos interno (minuta).

21h00 - Discussão do Regimento e operacionalização dos Comitês Macrorregionais: diretrizes, primeiros passos e resultados emergenciais esperados

21h30 - Instituição de GT para trabalhar definição de linhas de abordagem e diretrizes para elaboração da Cartilha de Pareceristas do FAC

21h45 - Proposta e votação de ideias de ações preventivas e de direcionamento de aplicação de políticas públicas alcançadas por meio das ferramentas do Sistema de Financiamento à Cultura em regiões de alta vulnerabilidade social (Prioritariamente iniciar com: Ceilândia e Sol Nascente)

22h - ENCERRAMENTO

De Pedro Paulo de Oliveira para Todos: 06:27 PM

não consigo te escutar

De Mim para Todos: 06:35 PM

Conseguiu ajustar o áudio?

Eu conseguia te ouvir

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 06:50 PM

Boa noite a todos e todas!

De Mim para Todos: 06:52 PM

Boa noite!

Sejam todos bem vindos!

De Stella de Domenico CRC Aguas Claras para Todos: 07:08 PM

Boa noite!

De Fernanda para Todos: 07:09 PM

boa noite comunidade

De Jéssica Tavares para Todos: 07:10 PM

Boa noite

De Fernando Cardoso para Todos: 07:12 PM

Boa noite pessoal

De Beth Fernandes para Todos: 07:13 PM
boa noite todes

De Rita Andrade para Todos: 07:17 PM
Um salve para todas, pode se todos, povo lindo da cultura!

De Neide Nobre para Todos: 07:19 PM
podemos ter acesso de número de inscritos por RA?

De Fernando Cardoso para Todos: 07:21 PM
Salve Rita Anddade!

De Neide Nobre para Todos: 07:26 PM
Não podemos deixar o turismo engolir a cultura
precisamos saber como será essa transição
o complexo estava funcionando

De Wellington Abreu para Todos: 07:26 PM
Boa Noite a todas todos e todes

De Neide Nobre para Todos: 07:27 PM
importante virar ponto de pauta a FUNARTE

De Fernando Cardoso para Todos: 07:27 PM
Boa noite Wellington

De Raphael Veiga para Todos: 07:27 PM
é necessário que o Secretario venha conversar com a comunidade e dar esclarecimentos concretos do que realmente propõe com a Funarte

De Neide Nobre para Todos: 07:27 PM
quero me inscrever para informe

De Wellington Abreu para Todos: 07:28 PM
Me inscrevo para informes
Concordo Rita. Funarte na Pauta

De Neide Nobre para Todos: 07:29 PM
impedir não mais solicitar disponibilidade para uso

De Fernando Cardoso para Todos: 07:31 PM
Infelizmente, será levado... O tempo de reforma que deve ter celeridade... 2022 eleitoral
sem tempo hábil!
ponto de pauta

De Fernanda para Todos: 07:31 PM
Concordo Conselheira Rita

De Neide Nobre para Todos: 07:31 PM
Importante lembrar que a sala Plínio Marçõ e a galeria estavam em funcionamento

Marco

De Márcio Apolinário para Todos: 07:31 PM
me inscrevo

De Fernando Cardoso para Todos: 07:32 PM
wrrllington seu áudio
sim

De Márcio Apolinário para Todos: 07:32 PM
Márcio Apolinário, me inscrevo como comunidade

De Fernanda para Todos: 07:37 PM
concordo conselheiro Wellington

De Fernando Cardoso para Todos: 07:37 PM
De acordo

De Iara Alves para Todos: 07:37 PM
concordo também.

De Raphael Veiga para Todos: 07:40 PM
excelente conselheiros

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 07:40 PM
Parabéns conselheiros!!!

De Fernanda para Todos: 07:41 PM
Não tenho informações já repassadas semana passada.
diferentes*

De Raphael Veiga para Todos: 07:44 PM
educação é fundamental

De Beth Fernandes para Todos: 07:45 PM
Não vou bater boca com voce
E#spaço de informe é para informe
Espaço para manifestação é para manifestação

De Fernanda para Todos: 07:45 PM
vc é uma autoritária

De Beth Fernandes para Todos: 07:45 PM
Quero só respeito

De Fernanda para Todos: 07:45 PM
respeite para ter respeito
trate a sociedade civil como vc trata o governo
e convidados

De Stella de Domênico para Todos: 07:49 PM



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

Conselheira Neide, venha conhecer nosso espaço único em Aguas Claras, vamos trocar ideias, informações e boas intenções.

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 07:49 PM

Parabéns ao CRC de sobradinho, valeu Neide

De Fernanda para Todos: 07:51 PM

o governo passará... e nós comunidade passarinhos.

De Mim para Márcio Apolinário: (Mensagem direta) 07:53 PM

conselhodecultura@cultura.df.gov.br

De Neide Nobre para Todos: 07:53 PM

Quero que entre na ata que minha fala enquanto conselheira regional de Cultura foi tolhida, minha expressão foi cerceada solicito ampliação de diálogo

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 07:53 PM

Valeu Marcio!!!

De Raphael Veiga para Todos: 07:55 PM

volto a repetir que é necessário o Secretario vir conversar conosco sobre a funarte

De Iara Alves para Todos: 07:56 PM

Voto com a Rita

De Raphael Veiga para Todos: 07:58 PM

solicite que o secretário venha conversar conosco grato Rita

De Fernando Cardoso para Todos: 07:59 PM

Sim! Precisamos de respostas!

De Iara Alves para Todos: 07:59 PM

Sou a favor.

De Neide Nobre para Todos: 08:02 PM

Essa informação não procede

De Fernanda para Todos: 08:02 PM

precisamos dos indicadores dos formulários de inscrições dos incisos I, II e III*

que foram contemplados e que não forem foram*

De Neide Nobre para Todos: 08:03 PM

Quero me inscrever

De Beth Fernandes para Todos: 08:05 PM

Informação oficial, advinda de orientação da Secretaria Especial da Cultura

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 08:06 PM

Não podemos pecar por omissão

Um premio para cada CEAC e o restante ...

De Adriana para Todos: 08:06 PM

A secretaria respondeu e-mails com diligencias para beneficiários do inciso 2. Qual o prazo para respostas às diligências?

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 08:07 PM

Deveriam fazer varias propostas para o uso dos recursos...não podemos deixar de usar por falta de proposta de usos.

De Beth Fernandes para Todos: 08:07 PM

3.851.738,00

De Raphael Veiga para Todos: 08:08 PM

me inscrevo

De Fernando Cardoso para Todos: 08:13 PM

Sim...Abre-se e fecha...

Concordo com a Rita Andrade

De Beth Fernandes para Todos: 08:15 PM

c) Qual o balanço quantitativo das prestações de contas dos beneficiários pelo Inciso II?

- Despacho SECEC/GAB/CAB-II 65713959: Até o presente momento a comissão recebeu 224 (duzentos e vinte e quatro) prestações de contas dos beneficiários pelo Inciso II. No entanto, cabe destacar que 9 (nove) beneficiários tiveram prazo dilatado em função do recebimento do auxílio a partir de abril/2021. E, também, 4 (quatro) beneficiários permanecem com inadimplemento no SIGGO, portanto ainda sem poder receber o auxílio.

d) Qual o balanço quantitativo, até o presente, da execução de contrapartidas pelos beneficiários do Inciso II?

- Despacho SECEC/GAB/CAB-II 65713959: Até o presente momento a comissão recebeu 177 (cento e setenta e sete) solicitações de alteração de contrapartida e 153 (cento e cinquenta e três) não solicitaram alteração. Dentre os que já realizaram, muitos ainda não nos enviaram os documentos comprobatórios, tanto por questões de edição e finalização documental, quanto devido o prazo final de execução de contrapartida ser até o dia 31/12/2021.

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 08:17 PM

Sugestão que seja dado um premio de acordo com as atividades de cada CEAC e que tenham valores que possam ser usados como projetos livres para os artistas fazerem os projetos em parceria com os Gerentes de Cultura de cada RA

com isso possa justificar se houver algum resíduo ser usado pelo GDF, mas com certeza só depois de atender a todos os CEACs e a melhor maneira é por premiação a todos. (Sugestão para reflexão)

De Beth Fernandes para Todos: 08:18 PM

Conformo informe que recebi, a Secec vem solicitando ao gestor federal

Conforme**

De Fernando Cardoso para Todos: 08:18 PM

Muito triste... Pensar que isso acontedo ainda! Emergência

De Fernanda para Todos: 08:20 PM

Considero a proposta do Rafael muito interessante

penso que poderíamos deliberar sobre qual o caminho mais viável com base no que estamos vendo da aplicação da primeira fase

De Fernando Cardoso para Todos: 08:20 PM
Concordo com o Raphael Veiga

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 08:20 PM
Boas palavras Rafael

De Adriana para Todos: 08:22 PM
O Raphael estava querendo esclarecer um mal entendido.

De Fernando Cardoso para Todos: 08:22 PM
Sim
um mal entendido...

De Beth Fernandes para Todos: 08:22 PM
´tá registrado

De Adriana para Todos: 08:23 PM
Se o João não tivesse tao reativo poderia ter entendido melhor

De Stella de Domênico para Todos: 08:24 PM
Sugestão auxílio emergencial lei aldir blanc sem levar em conta as regras do governo federal e consulta ao Serpro. Em 2018 a renda existia. Em 2021 existe FOME.

De Beth Fernandes para Todos: 08:25 PM
Ficou esperando a CLDF porque a Economia não enviou antes

De Iara Alves para Todos: 08:26 PM
Sim, Raphael. Inclusive o Comitê Consultivo falou sobre a necessidade de ir dialogar para o recurso entrar.

De Beth Fernandes para Todos: 08:26 PM
Ficou esperando a CLDF porque a Economia não enviou antes

De Adriana para Todos: 08:26 PM
REITERO PERGUNTA... a secretaria tem prazo para os beneficiários do inciso 2 responderem às DILIGENCIAS?

De Fernando Cardoso para Todos: 08:27 PM
isso é verdade... O inciso 2 estava na Lei..

De Stella de Domênico para Todos: 08:28 PM
Informo que Raphael foi extremamente atencioso comigo e alguns artistas de Aguas Claras quando tivemos dúvidas em relação ao recebimento de recursos pela Aldir Blanc

De Neide Nobre para Todos: 08:30 PM
Em julho de 2020 a Sociedade civil já estava estudando a lei aldir Blanc se preparando para a execução e a SECEC gestora da Lei ficou esperando o recurso entrar para se mover o que se deu inicialmente em meados de agosto os cadastros só começaram em outubro

De Adriana para Todos: 08:30 PM

Raphael, se não fosse você, Neide, a Mari e outros dos grupos de watsap, eu e muitas pessoas não teríamos conseguido encaminhar nossas propostas. Mais uma vez AGRADECEMOS E VALORIZAMOS SUA FALA.

De Fernando Cardoso para Todos: 08:32 PM

Sim Stella! Tanto o Raphael quanto a Neide Nobre ajudaram muitos artistas e profissionais da Cultura com os estudos e entendimento da Lei Blanc.

O Inciso 2 foi um grande gargalo, a idéia do debate é sempre produtivo.

Wellington

sem som

De Beth Fernandes para Todos: 08:34 PM

Sim, Fernando, ajudaram e ajudam bastante. Sempre que se apresenta a oportunidade os gestores agradecem o apoio

De Iara Alves para Todos: 08:34 PM

Sim, travando.

De Adriana para Todos: 08:35 PM

A ajuda deles foi imprescindível por que a SECEC não respondia os e-mails, e foi extremamente omissa e lenta nas informações para interessados. MUITOS desistiram.

De Iara Alves para Todos: 08:35 PM

Hoje a comunicação tá difícil.

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 08:50 PM

E pode enviar para os emails dos que receberam

Parabéns conselheira Fernanda pela habilidade com os formulários e parabéns a todos pela construção coletiva.

De Beth Fernandes para Todos: 08:53 PM

estou tirando o vídeo para ficar mais leve. Abro quando falar

De Stella de Domênico para Todos: 08:55 PM

estou exatamente passando por esse problema com emenda parlamentar. Ótima fala, Fernanda.

De Neide Nobre para Todos: 08:56 PM

Quero me inscrever para fala dessa pauta

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 08:56 PM

Muito bom Fernanda!!!

De Beth Fernandes para Todos: 09:00 PM

Recurso deo FAC é do FAC

Rita, vou verificar se veio convite do Turismo....

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:01 PM

Acho que o CCDF deve mediar esse dialogo e construir soluções em conjunto.

De Beth Fernandes para Todos: 09:05 PM

Não existe nenhum problema de diálogo

rsrsrsrsr

Os pedidos da secretaria da Cultura estão no SEI, conforme o CCDF tem conhecimento

De Fernando Cardoso para Todos: 09:05 PM
Diálogo senpre!

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:05 PM
me inscrevo

De Joao Moro para Todos: 09:07 PM

Art. 23. A Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal tem atuação e competência para:

I - planejamento, gestão e modernização administrativa;

II - elaboração orçamentária;

III - gestão estratégica governamental e gestão por resultados;

IV - gestão e monitoramento de programas e projetos estratégicos de Governo;

V - captação de recursos, bem como planejamento e estruturação das operações de crédito;

VI - relacionamento com organismos internacionais;

VII - gestão de pessoas;

VIII - formação e capacitação do servidor público distrital;

IX - saúde e previdência do servidor público distrital;

X - compras e logística no Distrito Federal;

XI - patrimônio do Distrito Federal;

XII - tecnologia da informação e comunicação do Distrito Federal;

XIII - avaliação de políticas públicas.

XIV - promover a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital;

XV - supervisionar, coordenar e executar a política tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização;

XVI - administrar as dívidas públicas interna e externa do Distrito Federal;

De Joao Moro para Todos: 09:09 PM

XVII - executar as operações de crédito do Distrito Federal;

XVIII - elaborar estudos voltados para o acompanhamento da conjuntura econômico-financeira e de natureza tributária do Distrito Federal;

XIX - supervisionar as atividades do Banco de Brasília S/A - BRB;

XX - executar outras atividades inerentes ao seu campo de atuação e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

Art. 39. A Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - elaborar e implementar políticas públicas de cultura, garantindo as condições para o exercício efetivo e progressivo dos direitos culturais dos habitantes do Distrito Federal;

II - implementar programas e ações visando o desenvolvimento cultural do Distrito Federal, em articulação com os demais setores da administração pública e com a comunidade;

III - incentivar a criação artística em todas as suas formas de expressão, garantindo o acesso da população à produção e fruição de bens culturais por meio da oferta de um sistema público e diversificado de programas, projetos e serviços;

De Joao Moro para Todos: 09:09 PM

IV - contribuir para a afirmação da identidade cultural dos habitantes do Distrito Federal.

§ 1º Vinculam-se à Secretaria de Estado de que trata este artigo:

I - Conselho de Cultura do Distrito Federal;

II - Conselho Administrativo do Fundo de Apoio à Cultura.

§ 2º Cabe à Secretaria de Estado de Cultura a gestão do Fundo de Apoio à Cultura.

De Rita Andrade para Todos: 09:09 PM

Conselheiro João Moro tem uma questão política de articulação e de pro atividade por parte da SECEC com relação da SEEC no que diz respeito ao recurso do FAC.

De Beth Fernandes para Todos: 09:11 PM

Não existe questão de proatividade quando se começou esse processo de liberação dos recursos no ano passado, conforme processo disponibilizado ao CCDF

De Fe Morgani para Todos: 09:14 PM

queremos saber como o ruído será resolvido.

De Beth Fernandes para Todos: 09:14 PM

Deswcoonhecemos ruído, conselheira eita... desconhecemos

De lara Alves para Todos: 09:14 PM

tá travando pra mim.

De Fe Morgani para Todos: 09:15 PM

queremos saber como o processo roda na prática.

De lara Alves para Todos: 09:15 PM

vou tentar entrar novamente

De Beth Fernandes para Todos: 09:15 PM

certo lara

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:15 PM
Estou inscrito, correto?

De Fe Morgani para Todos: 09:15 PM
e mudar o processo para que atenda ao plano de cultura do df. E não a planos de governo.

De Beth Fernandes para Todos: 09:16 PM
sim Joao

De Raphael Veiga para Todos: 09:16 PM
eu estava nesta reunião também

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:16 PM
Gratidão Beth

De Raphael Veiga para Todos: 09:16 PM
foi uma audiência da cldf

De Joao Moro para Todos: 09:18 PM
Não é isso Neide
disponibilidade orçamentária é uma questão contábil, como eu expliquei

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:24 PM
precisamos criar um GT para essa reunião com o secretario.

De Adriana para Todos: 09:27 PM
vou ter que sair da reunião. boa noite

De Beth Fernandes para Todos: 09:27 PM
boa noite

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:32 PM
Parabéns Rita!!!!

De Cleide Soares para Todos: 09:38 PM
Tem uma decisão do TCDF. Se o órgão de controle não fizer cumprir sua decisão, é simples. O próprio Ministério Público de Contas pode entrar com ação de improbidade administrativa na justiça. Agora, porque o TCDF não fez isso?
O Rollemberg deu balão na classe cultural catando superávits anteriores.
Agnelo tentou de tudo.
Agora o governo Ibaneis segurando os saldos remanescentes. Uma história que se repete
Precisamos de agenda com o Ibaneis.
Avisar a ele que estamos precisando de liberação desses recursos logo para fazer girar a economia da cultura

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:38 PM
Vamos tentar resolver com o Secretario de Economia e o de Cultura juntos, e o CCDF como mediador e que leve propostas para os dois, varias que sejam possíveis.

De Cleide Soares para Todos: 09:39 PM
Melhor furar a fila. Direto com o comandante em chefe

De Fe Morgani para Todos: 09:39 PM
propostas

1 convocação André clemente
2 relatório de detalhamento da operacionalidade atual da e execução de emendas parlamentares e FAC (SEEC & SECEC)

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:39 PM
Pode ser um opção Cleide.
uma opção

De Cleide Soares para Todos: 09:40 PM
precisaria ser ele para resolver

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:40 PM
Acho que devemos dar uma chance, e tentar uma reunião com ele e depois ir ao Governador se for necessario.

De Cleide Soares para Todos: 09:41 PM
no mais, são tentativas que não vão resolver. Nem o Clemente tem esse poder todo. Ele tem um chefe.
Clemente já conversou com a comissão.
Bartolomeu já conseguiu esse FACão logo para não perdermos mais do que iamos

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:41 PM
Vamos fazer uma reunião com o CCDF a comissão e o Clemente.

De Cleide Soares para Todos: 09:44 PM
um mês para conseguir, talvez, uma conversa com o Clemente. Não dá tempo de resolver na prática
Só se a gente fizer outro protesto no Buriti
prazo para o segundo bloco do FAC é final de agosto.

De Fe Morgani para Todos: 09:45 PM
o bloco unico de editais estava previsto na loa?
do ano passado?
queremos soluções minha gente.

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:46 PM
Cleide, se fosse criado um GT que se responsabilizasse em correr atras desse encontro.

De Wellington Abreu para Todos: 09:47 PM
Lei Complementar está acima da Lei Ordinária Conselheiro João Moro

De Joao Moro para Todos: 09:47 PM
É isso
e a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei complementar

De Wellington Abreu para Todos: 09:48 PM
A LOC é uma lei complementar tb
nenhuma sobrepõe a outra
Pode dialogar até em decreto mas não sobrepoe

De Joao Moro para Todos: 09:48 PM
mas é uma lei complementar distrital

De Wellington Abreu para Todos: 09:49 PM
Lei distrital é inferior a lei federal?
não entendi

De Fernando Cardoso para Todos: 09:50 PM
Também não entendi

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:51 PM
Telefona para ele e tenta convencer em especial alguém da comissão.

De Fe Morgani para Todos: 09:51 PM
eh convite ou convocação?

De Cleide Soares para Todos: 09:52 PM
acho que é convite mesmo.

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:52 PM
Muito bom Rita

De Rita Andrade para Todos: 09:53 PM
Caso ele ã aceite o convite, convocamos. assim foi aprovado!

De Fernando Cardoso para Todos: 09:53 PM
Convite, caso negativa, convocação

De Rita Andrade para Todos: 09:53 PM
exato

De Neide Nobre para Todos: 09:55 PM
Tem como termos a informação de quantos já se inscreveram para a eleição de composição do crc por RA?
Quantos inscritos para FERCAL?

De Fe Morgani para Todos: 09:56 PM
mando por email minhas sugestão.

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 09:56 PM
O da lei de acessibilidade eu queria indicar a Jarlene, conselheira do Gama e que representa o tema.

De Fe Morgani para Todos: 09:56 PM
penso que deveria ser encaminhado e consolidado pela secretaria executiva

De Neide Nobre para Todos: 09:58 PM
Grata Kenia

De Kenia Severo para Todos: 09:59 PM
Não há de quê, Conselheira Neide!

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 10:00 PM

Se fizerem um grupo no whatzap sobre a Lei de Acessibilidade peço que me incluam, meu numero é 61984073874

Precisa criar GT mas colocar um focalizado para puxar o trabalho focalizador

De Fernando Cardoso para Todos: 10:02 PM

Solicitar a extraordinária

Depois o GT

De Fe Morgani para Todos: 10:03 PM

me inscrevo

De Rita Andrade para Todos: 10:03 PM

me inscrevo

De Cleide Soares para Todos: 10:08 PM

antes tinha curso e as orientações do curso.

De Fe Morgani para Todos: 10:09 PM

vao entrar de recesso em agosto foi o que eu disse legal João

De Joao Moro para Todos: 10:09 PM

=)

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 10:10 PM

Quem é o focalizado?

Sugiro que alguém seja voluntário para ser o focalizado do GT focalizador

De Cleide Soares para Todos: 10:11 PM

Boa noite e fiquem bem!

De Fe Morgani para Todos: 10:11 PM

não... o Ccdf precisa convocar o comite de acessibilidade

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 10:11 PM

Voluntarios para ser o focalizador

De Neide Nobre para Todos: 10:11 PM

Importante a Babi ser inserida no grupo de acessibilidade

De Fe Morgani para Todos: 10:11 PM

precisamos definir como será o chamamento

boa noite comunidade

De Joao Breyer CRC GAMA para Todos: 10:13 PM

Me coloco para fazer parte mas não desejo ser o focalizado....



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

Parabéns